

Brenco - Companhia Brasileira de Energia Renovável - Em recuperação judicial

CNPJ: 08.070.566/0001-00

Relatório dos Administradores			
<b>Senhores acionistas:</b> Atendendo determinações legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras resumidas dos exercícios findos em 31/03/2022, 31/03/2021 e 01/04/2020, acompanhadas das principais notas explicativas. <b>Aviso:</b> As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <a href="https://publlegal.diariodenoticias.com.br/">https://publlegal.diariodenoticias.com.br/</a>			
Balanco Patrimonial em 31 de março (Em milhares de reais)			
	31.03.2022	31.03.2021	01.04.2020
	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalente de caixa	623.179	87.185	19.282
Aplicações financeiras	3.296	3.135	3.250
Contas a receber de clientes	39.304	35.356	44.341
Estoque	519.803	391.095	341.138
Ativo biológico	451.098	274.864	158.981
Tributos a recuperar	75.018	43.273	53.710
Partes relacionadas	33	43	426
Outros créditos	26.700	24.859	41.111
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>1.738.431</b>	<b>859.810</b>	<b>662.239</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Estoques	114.951	128.825	159.891
Tributos a recuperar	23.776	19.051	23.646
Partes relacionadas	480.829	149.174	1.025.401
Depósitos judiciais	17.436	19.543	19.884
Outros créditos	16.472	816	231
<b>653.464</b>	<b>317.409</b>	<b>1.229.053</b>	<b>2.014</b>
Investimentos	2.674	2.014	2.014
Imobilizado	2.867.402	3.127.278	3.412.714
Direito de uso	1.013.367	697.236	624.590
Intangível	332.063	356.154	361.660
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>4.869.400</b>	<b>4.500.406</b>	<b>5.629.991</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>6.607.471</b>	<b>5.360.216</b>	<b>6.292.230</b>
	31.03.2022	31.03.2021	01.04.2020
	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
<b>Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)</b>			
<b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores	168.459	132.035	235.433
Empréstimos e financiamentos	56.083	69.263	—
Empréstimos e financiamentos	27.788	44.235	4.116.725
- sujeitos ao PRJ¹	50.272	—	—
Passivos de arrendamento	240.752	161.349	145.096
Salários e encargos	41.403	35.208	38.134
Tributos a recolher	21.497	19.562	16.747
Tributos parcelados	8.993	20.597	9.941
Adiantamentos de clientes	58.609	5.658	18.192
Partes relacionadas	31.347	41.666	33.958
Outros débitos	909	10.040	1.106
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>706.112</b>	<b>539.613</b>	<b>4.615.332</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Fornecedores - sujeitos ao PRJ¹	78.616	88.360	—
Empréstimos e financiamentos	283.056	239.453	207.731
Empréstimos e financiamentos - sujeitos ao PRJ¹	3.926.731	3.780.233	—
Passivos de arrendamento	802.988	576.564	531.301
Tributos parcelados	—	7.554	7.368
Provisão para contingências	53.018	29.429	35.230
Imposto de renda diferido passivo	94.564	17.137	5.731
Partes relacionadas	178.543	165.762	917.424
Outros débitos	7.983	949	9.912
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>5.425.477</b>	<b>4.919.440</b>	<b>1.719.997</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>6.131.591</b>	<b>5.459.053</b>	<b>6.329.329</b>
<b>Patrimônio líquido (passivo a descoberto)</b>			
Capital social	3.994.676	3.994.676	4.284.839
Reserva de incentivos fiscais	1.052.184	761.382	—
Prejuízos acumulados	(4.570.980)	(4.854.895)	(4.321.938)
<b>Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)</b>	<b>475.880</b>	<b>(98.837)</b>	<b>(37.099)</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido (passivo a descoberto)</b>	<b>6.607.471</b>	<b>5.360.216</b>	<b>6.292.230</b>
	31.03.2022	31.03.2021	01.04.2020
	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
¹ Plano de Recuperação Judicial			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Março de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional:** (a) A Brenco - Companhia Brasileira de Energia Renovável - Em recuperação judicial ("Brenco", "Companhia", constituída em 15 de fevereiro de 2005, possui sede em São Paulo e unidades produtivas na região Centro-Oeste do país, tendo como objeto social a importação e exportação de produtos de agricultura e pecuária em geral, especialmente cana-de-açúcar, etanol e seus subprodutos, e a produção, fornecimento e distribuição de energia elétrica. A Companhia pertence ao Grupo Ativos, sendo controlada de forma direta pela Ativos Agroindustrial Participações S.A. (uma das holdings do grupo) e é controlada indiretamente pela LSF10 Brazil U.S. Holdings LLC. ("LSF10"). (b) A Brenco possui 4 filiais operacionais nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás e têm capacidade de moagem instalada de 13,8 milhões de toneladas de cana-ano, tendo sido processadas 10,3 milhões na safra 21/22 (11,1 milhões na safra 20/21). O Grupo Ativos vem implementando ações para melhoria da saúde financeira, aumento da produtividade e crescimento, destacando-se: (i) Aumento do nível de investimentos em formação de lavoura, buscando ganhos de produtividade e redução da idade média do canavial; (ii) melhoria nos indicadores qualitativos de trato com o intuito de aumentar a longevidade e produtividade da cana-soca; (iii) redução de custos agrícolas, principalmente na área de corte, transbordo e transporte de cana (CTT); (iv) diluição dos custos fixos através do aumento de moagem nos anos vindouros e, consequentemente, redução da ociosidade das plantas industriais; (v) implementação de programa estruturado de melhoria operacional (projeto Avante) e (vi) fortalecimento dos sistemas de informação e *cyber security*, dando mais robustez aos controles internos do Grupo, bem como difusão das melhores práticas de conformidade, segurança da informação e governança corporativa. Adicionalmente, a Companhia em conjunto com outras empresas do Grupo Ativos, incluindo sua controladora direta, apresentou, em 29 de maio de 2019, Pedido de Recuperação Judicial na 1ª Vara de Falcências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 ("LRF"), com a finalidade de reestruturar financeiramente suas dívidas, com vistas a preservar a continuidade das operações, buscar o equilíbrio financeiro e, principalmente, reforçar o compromisso do Grupo Ativos com seus mais de 9 mil integrantes, suas famílias, comunidades, parceiros, fornecedores e clientes com quem o Grupo Ativos atua conjuntamente. O Pedido foi autuado sob o nº 1050977-09.2019.8.26.0100 e distribuído ao Juízo da 1ª Vara de Falcências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, que deferiu o processamento da Recuperação Judicial conforme decisão publicada no dia 07 de junho de 2019. No dia 20 de maio de 2020, o Grupo Ativos apresentou a versão final do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") e em cumprimento à agenda da Assembleia Geral de Credores ("AGC") colocou para votação a possibilidade de consolidação substancial do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") de forma a apresentar apenas um Plano para todas as Recuperandas. Os credores aprovaram a consolidação substancial da Companhia e de outras 6 Recuperandas, sendo elas: Ativos Agroindustrial S.A., Ativos Agroindustrial Participações S.A., Desilística Alcidia S.A., Pontal Agropecuária S.A., Rio Claro Agroindustrial S.A. e Usina Eldorado S.A. A recuperação judicial das Recuperandas AGC Energia Santa Luzia S.A. ("USL") e Usina Conquista do Pontal S.A. ("UCPJ") foi tratada em Planos Individuais, substancialmente equivalentes ao PRJ Consolidado das outras sete empresas. No dia 17 de agosto de 2020, foi proferida decisão judicial homologatória do PRJ Consolidado e dos planos individuais da USL e da UCPA referida decisão foi publicada no dia 20 de agosto. Como a homologação, foram implementados os cronogramas de pagamentos a credores, além de outras ações previstas nos PRJs. (c) Plano de Recuperação Judicial: As principais premissas, por tipo de credor, que constam nos PRJs e homologados e que estão refletidas nestas Demonstrações Financeiras, podem ser assim resumidas: • Créditos Trabalhistas: Não tiveram os valores e as condições originais de pagamento reestruturados pelo PRJ. • Classe II (Garantia Real): O montante correspondente a 54% dos Créditos de Classe II, não foram reestruturados e os seguintes critérios de pagamento foram estabelecidos: (i) carência de amortização de principal até dezembro 2022; (ii) juros de 115% da taxa DI, capitalizados anualmente, incidentes a partir da Data do Pedido de Recuperação Judicial; (iii) período de carência de pagamento de juros até março 2022 (sendo que serão pagos 50% dos juros trimestrais com vencimento em junho 2022, setembro 2022, dezembro 2022 e março 2023 e os 50% restantes serão capitalizados ao principal). A partir de março 2023 os juros serão pagos em 47 parcelas trimestrais e (iv) amortização de principal em parcelas trimestrais sucessivas. O saldo correspondente a 46% dos créditos de cada Credor com Garantia Real poderá ser utilizado pelos credores elegíveis para subscrição e integralização de Debêntures a serem emitidas pela Companhia. Caso o credor opte por subscrever as Debêntures, o saldo do crédito será corrigido pelo IPCA a partir da data do pedido de recuperação judicial até a data da efetiva integralização das Debêntures. A partir da data de sua emissão, a amortização ocorrerá quando a verificação de eventos de liquidez e dividendos da Ativos Par, sendo que as debêntures terão seu valor nominal unitário atualizado pela variação positiva do IPCA, e terão prazo de vencimento de 5 anos contados da data de sua emissão. Os créditos denominados em moeda estrangeira foram mantidos na moeda original para todos os fins de direito, em conformidade com o disposto no artigo 50, § 2º, da LRF, e serão liquidados em conformidade com as disposições deste Plano. • Classe III (Quirografário Financeiros): O montante correspondente a 39% dos Créditos de cada Credor Quirografário Financeiro será pago nas seguintes condições: (i) período de carência para amortização de principal até dezembro 2022, contados da Data de Homologação Judicial do Plano; (ii) juros equivalentes a 115% da taxa DI, capitalizados anualmente, incidentes a partir da Data do Pedido de Recuperação Judicial; (iii) período de carência de pagamento de juros até março 2022 (sendo que serão pagos 50% dos juros trimestrais com vencimento em junho 2022, setembro 2022, dezembro 2022 e março 2023 e os 50% restantes serão capitalizados ao principal). A partir de março 2023 os juros serão pagos em 47 parcelas trimestrais e (iv) amortização de principal em parcelas trimestrais sucessivas. O saldo correspondente a 61% dos créditos de cada Credor Quirografário Financeiro poderá ser utilizado pelos credores elegíveis para subscrição e integralização das debêntures a serem emitidas pela Companhia. Caso o credor opte por subscrever as Debêntures, o saldo do crédito será corrigido pelo IPCA a partir da data do pedido de recuperação judicial até a data da efetiva integralização das Debêntures. A partir da data de sua emissão, a amortização ocorrerá quando a verificação de eventos de liquidez e dividendos da Ativos Par, sendo que as debêntures terão seu valor nominal unitário atualizado pela variação positiva do IPCA, e terão prazo de vencimento de 5 anos contados da data de sua emissão. Os créditos denominados em moeda estrangeira foram mantidos na moeda original para todos os fins de direito, em conformidade com o disposto no artigo 50, § 2º, da LRF, e serão liquidados em conformidade com as disposições deste Plano. • Classe III (Quirografário não Financeiros): Pagamento integral da seguinte forma: (i) incidência de juros equivalentes à TR desde a Data do Pedido até a data do pagamento sem correção; e (ii) amortização do crédito em 3 anos, contados da Data de Homologação Judicial do Plano, em 3 parcelas anuais sucessivas, sendo a primeira parcela devida em 12 meses contados da Data de Homologação Judicial do Plano, e as demais no mesmo dia no mesmo dia dos anos subsequentes. • Classe IV (Pequenas e Médias empresas): Opção A: Opção aos créditos de recebimento de R\$ 50 (cinquenta mil reais) ou do valor total do crédito, o que for menor, em uma única parcela vencimento em 90 dias contados da Data de Homologação Judicial do Plano, mediante quitação integral do crédito concursal e considerando taxa de juros sem correção. Em novembro de 2020, 461 credores optaram por receber em uma única parcela, totalizando no pagamento de R\$ 4.923. Opção B: Pagamento integral da seguinte forma: (i) incidência de juros equivalentes à TR desde a Data do Pedido até a data do pagamento; e (ii) amortização do crédito em 3 anos, contados da Data de Homologação Judicial do Plano, em 3 parcelas anuais sucessivas, sendo a primeira parcela devida em 12 meses contados da Data de Homologação Judicial do Plano, e as demais no mesmo dia no mesmo dia dos anos subsequentes. Em agosto de 2021, ocorreu o pagamento da primeira parcela dos credores da classe III (quiografários não financeiros), credores da classe IV (Pequenas e Médias empresas), que estão na Opção B. O valor total pago foi de R\$ 51.529 referente a 1.230 credores. • Créditos Extraconcursais Aderentes: O montante correspondente a no máximo 80% dos Créditos de cada Credor Extraconcursal Aderente será pago de acordo com as seguintes condições: (i) período de carência de amortização de principal até dezembro de 2022 e de pagamento de juros até março 2022 (sendo que serão pagos 50% dos juros trimestrais com vencimento em junho 2022, setembro 2022, dezembro 2022 e março 2023 e os 50% restantes serão capitalizados ao principal); (ii) após período de carência, principal amortizado em parcelas trimestrais sucessivas; e (iii) a partir de março 2023, pagamento dos juros em 47 parcelas trimestrais sucessivas. A dívida foi atualizada por juros de 115% da taxa DI, capitalizados anualmente, incidentes a partir da Data do Pedido de Recuperação Judicial; O saldo correspondente a no mínimo 20% dos Créditos de cada Credor extraconcursal aderente poderá ser utilizado pelos credores elegíveis para subscrição e integralização de Debêntures a serem emitidas pela Companhia. A partir da integralização, a amortização ocorrerá quando da verificação de eventos de liquidez e dividendos da Ativos Par, considerando taxa de juros equivalente IPCA, incidentes a partir da Data do Pedido de Recuperação Judicial e prazo de 5 anos; (d) Possíveis efeitos da pandemia provocada pelo Coronavírus (COVID-19) e do conflito Rússia-Ucrânia nas demonstrações financeiras. *Coronavírus (COVID-19)*: Em 10 de março de 2020 e em 16 de abril de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários emitiu Ofício Circular nº 02/2020 e nº 03/2020 ("OfícioCircular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2020 e nº 03/2020"), respectivamente, sobre eventuais efeitos que o Coronavírus poderia trazer para os negócios das Companhias e seus respectivos reflexos nas demonstrações financeiras, no qual destaca a importância das Companhias e seus Auditores Independentes considerarem cuidadosamente os impactos da Covid-19 em seus negócios e os riscos e incertezas aos quais estão expostas. Referidas orientações foram reforçadas pela CVM nos Ofícios Circulares nº 01/2021 e nº 02/2021, em 15 de março de 2021 e 29 de janeiro de 2021 e 1º de fevereiro de 2022, que tratam de aspectos relevantes a serem observados na elaboração das Demonstrações Financeiras. Neste sentido, a Companhia esclarece que, considerando as atuais informações e dados a respeito dos potenciais impactos da Pandemia da Covid-19 em suas atividades, entende não existir, neste momento, efeitos relevantes que impactem as demonstrações financeiras, a continuidade dos negócios e/ou as estimativas contábeis. Aspectos sobre a continuidade estão diretamente relacionados a PRJ anteriormente comentada. Não obstante, a administração segue monitorando de forma diligente toda e qualquer informação a respeito do tema, e permanece avaliando

Demonstração do Resultado do Exercício		
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		
	31.03.2022	31.03.2021
	(reapresentado)	(reapresentado)
Receita operacional líquida	3.201.678	2.116.320
Custo dos produtos vendidos	(1.957.940)	(1.608.956)
<b>Lucro bruto</b>	<b>1.243.738</b>	<b>507.364</b>
Despesas com vendas	(4.517)	(3.694)
Despesas administrativas e gerais	(163.315)	(158.440)
Outras despesas operacionais, líquidas	(33.375)	(3.724)
<b>Lucro operacional antes do resultado das participações societárias e do resultado financeiro</b>	<b>1.042.531</b>	<b>341.506</b>
Resultado de participações societárias	345	315
Receitas financeiras	53.930	343.008
Despesas financeiras	(439.538)	(444.981)
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(384.708)</b>	<b>(101.977)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>658.168</b>	<b>239.846</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(6.024)	(117)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(77.427)	(11.406)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>574.717</b>	<b>228.425</b>
<b>Lucro básico e diluído por ação - em Reais</b>	<b>0,000022</b>	<b>0,000009</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		

Demonstração do Resultado Abrangente (Em milhares de reais)				
	31.03.2022	31.03.2021		31.03.2021
	(reapresentado)	(reapresentado)		(reapresentado)
Lucro líquido do exercício	574.717	228.425		
Outros resultados abrangentes:	—	—		
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>574.717</b>	<b>228.425</b>		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				
Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)				
(Em milhares de reais)				
	Capital	Reserva de incentivos fiscais	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
<b>Saldos em 1º de abril de 2020</b>	<b>4.284.839</b>	<b>—</b>	<b>(4.321.938)</b>	<b>(37.099)</b>
(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Redução de capital	(290.163)	—	—	(290.163)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	—	761.382	(761.382)	—
Lucro líquido do exercício	—	—	228.425	228.425
<b>Saldos em 31 de março de 2021</b>	<b>3.994.676</b>	<b>761.382</b>	<b>(4.854.895)</b>	<b>(98.837)</b>
(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	—	290.802	(290.802)	—
Lucro líquido do exercício	—	—	574.717	574.717
<b>Saldos em 31 de março de 2022</b>	<b>3.994.676</b>	<b>1.052.184</b>	<b>(4.570.980)</b>	<b>475.880</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				

potenciais impactos no mercado de forma geral, incluindo, mas não limitados à eventual necessidade de revisão das projeções e estimativas, assim como a realização dos ativos não circulantes (ágio, imobilizado e impostos diferidos ativos) que são base para elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. **Conflito Rússia-Ucrânia:** O conflito entre a Rússia e a Ucrânia tem impactado o cenário global e, nesse contexto, o setor sucroenergético, podendo afetar a disponibilidade e preço de insumos, principalmente de fertilizantes, petróleo e outras commodities, além do aumento das taxas de frete e da inflação, dos custos de fretes, dentre outros, podendo impactar a Companhia com efeitos reflexos nos seus custos de produção e nas despesas de vendas. Até o momento, contudo, os efeitos do conflito Rússia-Ucrânia não causaram impactos significativos nas operações da Companhia ou no valor justo de seus ativos e passivos. A administração da Companhia está monitorando a situação, e até o momento não identificou alterações em suas estimativas contábeis que possam gerar perdas demonstrativas financeiras da Companhia. (e) **RenovaBio:** Foi instituído pelo Governo Federal através da Lei 13.576/2017. O principal instrumento do RenovaBio é o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país. As metas nacionais de redução de emissões para a matriz de combustíveis foram definidas para o período de 2019 a 2024 pela Resolução CNPE nº 13, de 1º de junho de 2019, sendo atualmente desdobradas em metas individuais computórias para os distribuidores de combustíveis, conforme suas participações no mercado de combustíveis fósseis, nos termos da Resolução ANP nº 791/2019, de 12 de junho de 2019. Por meio da certificação da produção de biocombustíveis são atribuídas as notas para cada produtor e importador de biocombustível, em valor inversamente proporcional à intensidade de carbono do biocombustível produzido (Nota de Eficiência Energético-Ambiental). Esta nota reflete especificamente a contribuição individual de cada agente produtor para a mitigação de uma quantidade específica de gases de efeito estufa em relação ao seu substituto fóssil (em termos de toneladas de CO<sub>2</sub> equivalente). Além da nota, o processo de certificação da produção de biocombustíveis leva em conta a origem da biomassa energética matéria-prima do biocombustível. No caso de biomassa produzida em território nacional somente pode ser considerada a produção em imóvel com Cadastro Ambiental Rural (CAR) ativo ou pendente e sem ocorrência de supressão de vegetação nativa a partir dos marcos legais do RenovaBio (volume elegível). O biocombustível comercializado dá origem ao CBO, na proporção estabelecida conforme nota estabelecida para o produtor. A Companhia comercializou, na safra 21/22, 1,0 milhões de CBOs (1,2 milhões na safra 20/21) com impacto de R\$ 63.431 (R\$ 53.153 em 31 de março de 2021) na receita bruta (ano-safra). (f) **Gestão de riscos climáticos:** Assim como outras empresas do agronegócio e produtores rurais, a Companhia está sujeita a riscos climáticos, dentre eles o risco de secas prolongadas, geadas e incêndios. Para mitigar os impactos desses fenômenos, a Companhia realiza o monitoramento constante desses riscos, bem como adota medidas mitigatórias, caso venham a ocorrer. **2. Apresentação das demonstrações financeiras: Base de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OPCO 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras de 31 de março de 2022, em 1 de agosto de 2022. **2.1. Resumo das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e o caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) e ativos biológicos são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo. Além disso, a sua preparação requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras. Para os ativos que requerem mensuração e apresentação de acordo com o seu valor justo ou teste de redução ao valor recuperável - *impairment* (estoques, ativos biológicos, imobilizado e intangível, incluindo o ágio), a Companhia informa que considerou os impactos econômicos e financeiros projetados em função da Covid-19, nas premissas utilizadas em seus referidos cálculos. **2.3. Conversão de moeda estrangeira:** Opção A: Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico de atuação ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia. b) **Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando relacionados aos instrumentos designados em operações de hedge de fluxo de caixa, quando são incluídos na conta de "Ajuste de avaliação patrimonial e das perdas da alienação (passivo a descoberto). Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e financiamentos, quando não relacionados às operações de hedge de fluxo de caixa, são registrados na demonstração do resultado, dentro do resultado financeiro, nas rubricas, "Juros passivos", "Variação cambial passiva (ou ativa)" e "Variação monetária passiva (ou ativa)". Os rendimentos de caixa e equivalentes de caixa são registrados na demonstração do resultado, na conta de "Receitas financeiras", nas rubricas, "Rendimento com aplicações financeiras". **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.5. Estoques:** São demonstrados ao custo médio das compras, produção ou pelos valores dos adiantamentos, ajustados, quando necessário, por provisão para perda estimada na sua realização. Os gastos com manutenção, depreciação e perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágios não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. O ágio é alocado à Unidade Geradora de Caixa (UGC), para fins de teste de *impairment*, dependendo do beneficiário da combinação de negócios da qual o ágio se originou. Apesar de existirem quatro polos industriais, a administração da Companhia considera a existência de uma única UGC, que opera de forma coordenada, sendo esta a forma como o negócio é gerido e as decisões são tomadas pela diretoria. b) **Softwares:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável ou expectativa de utilização do ativo. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos, e os de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificados exclusivos, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada ou expectativa de utilização do ativo. **2.7. Imobilizado:** As terras compreendem as propriedades rurais onde são cultivadas as lavouras de cana-de-açúcar e onde estão instaladas as unidades fabris e administrativas da Companhia e não sofrem efeito de depreciação. As plantas de produção (plantas que serão utilizadas como suprimento de produtos), de acordo com o CPC27, são contabilizadas de forma semelhante a uma máquina em um processo produtivo e, portanto, classificadas como ativo imobilizado sendo mensuradas ao custo menos depreciação acumulada e perda por *impairment*. Edifícios e benfeitorias correspondem, substancialmente, às construções dos prédios da indústria, da sede administrativa e de outras benfeitorias em imóveis rurais. As máquinas e equipamentos agrícolas correspondem aos custos de aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas utilizados nas atividades de plantio, tratos culturais e colheita. Os bens do ativo imobilizado são demonstrados pelo custo histórico deduzida a depreciação acumulada, conforme facultado pela Lei nº 11.638/07 e pelo Pronunciamento CPC 13 - "Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07".

Balanco patrimonial		Originalmente apresentado	
	Nota		
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalente de caixa			87.185
Aplicações financeiras			3.135
Contas a receber de clientes	(d), (e), (g)		52.825
Estoques	(e), (f), (g)		389.405
Ativo biológico			274.864
Tributos a recuperar			43.273
Partes relacionadas	(d)		899
Outros créditos	(g)		24.857
<b>Total do ativo circulante</b>			<b>876.443</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Estoques			128.825
Tributos a recuperar			19.051
Partes relacionadas			149.174
Depósitos judiciais	(a)		–
Outros créditos	(a)		166
			<b>297.216</b>
Investimentos	(h)		6.077
Imobilizado			3.127.278
Direito de uso	(b)		567.832
Intangível			356.154
<b>Total do ativo não circulante</b>			<b>4.354.557</b>
<b>Total do ativo</b>			<b>5.230.990</b>




☆ continuação      **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022 da Brenco - Companhia Brasileira de Energia Renovável - Em Recuperação Judicial** (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Em 31 de março de 2021			Em 1º de abril de 2020		
	Nota	Originalmente apresentado	Correção de erros e reclassificações	Valores reapresentados	Originalmente apresentado	Correção de erros e reclassificações	Valores reapresentados
<b>Passivo e passivo a descoberto</b>							
<b>Passivo circulante</b>							
Fornecedores	(e), (g)	157.338	(25.303)	132.035	235.445	(12)	235.433
Fornecedores - sujeitos ao PRJ¹	(g)	44.180	25.083	69.263	—	—	—
Empréstimos e financiamentos		44.235	—	44.235	4.116.725	—	4.116.725
Passivos de arrendamento	(b)	142.010	19.339	161.349	181.940	(36.844)	145.096
Salários e encargos		35.208	—	35.208	38.134	—	38.134
Tributos a recolher	(c), (e)	21.340	(1.778)	19.562	17.656	(909)	16.747
Tributos parcelados	(g)	20.597	—	20.597	—	9.941	9.941
Adiantamentos de clientes	(d), (g)	15.324	(9.666)	5.658	21.681	(3.489)	18.192
Partes relacionadas	(g)	42.073	(407)	41.666	33.958	—	33.958
Outros débitos	(g)	10.040	—	10.040	11.047	(9.941)	1.106
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>532.345</b>	<b>7.268</b>	<b>539.613</b>	<b>4.656.586</b>	<b>(41.254)</b>	<b>4.615.332</b>
<b>Passivo não circulante</b>							
Fornecedores - sujeitos ao PRJ¹		88.360	—	88.360	—	—	—
Empréstimos e financiamentos	(g)	239.455	(2)	239.453	207.731	—	207.731
Empréstimos e financiamentos - sujeitos ao PRJ¹	(g)	3.780.231	2	3.780.233	—	—	—
Passivos de arrendamento	(b)	495.654	80.910	576.564	663.049	(131.748)	531.301
Tributos parcelados	(g)	7.554	—	7.554	—	7.368	7.368
Provisão para contingências	(a)	7.374	22.055	29.429	13.483	21.747	35.230
Imposto de renda diferido passivo	(i)	—	17.137	17.137	—	5.731	5.731
Partes relacionadas		165.762	—	165.762	917.424	—	917.424
Outros débitos	(g)	14.948	—	14.948	16.581	(7.369)	9.212
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>4.799.338</b>	<b>120.102</b>	<b>4.919.440</b>	<b>1.818.268</b>	<b>(104.271)</b>	<b>1.713.997</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>5.331.683</b>	<b>127.370</b>	<b>5.459.053</b>	<b>6.474.854</b>	<b>(145.525)</b>	<b>6.329.329</b>
<b>Passivo a descoberto</b>							
Capital social		3.994.676	—	3.994.676	4.284.839	—	4.284.839
Reserva de incentivos fiscais		761.382	—	761.382	—	—	—
Ajuste de avaliação patrimonial	(h)	729	(729)	—	729	(729)	—
Prejuízos acumulados		(4.857.470)	2.575	(4.854.895)	(4.312.550)	(9.388)	(4.321.938)
<b>Total do passivo a descoberto</b>		<b>(100.683)</b>	<b>1.846</b>	<b>(98.837)</b>	<b>(26.982)</b>	<b>(10.117)</b>	<b>(37.099)</b>
<b>Total do passivo e do passivo a descoberto</b>		<b>5.231.000</b>	<b>129.216</b>	<b>5.360.216</b>	<b>6.447.872</b>	<b>(155.642)</b>	<b>6.292.230</b>

<sup>1</sup> Plano de Recuperação Judicial

**Demonstração do resultado do exercício**

Nota	Em 31 de março de 2021			Em 31 de março de 2020		
	Originalmente apresentado	Correção de erros e reclassificações	Valores reapresentados	Originalmente apresentado	Correção de erros e reclassificações	Valores reapresentados
Receita operacional líquida	(e)	2.120.389	—	2.120.389	(4.069)	2.116.320
Custo dos produtos e serviços vendidos	(b), (d), (e), (f), (g)	(1.641.680)	—	(1.641.680)	32.724	(1.608.956)
<b>Lucro bruto</b>		<b>478.709</b>	<b>28.655</b>	<b>478.709</b>	<b>28.655</b>	<b>507.364</b>
Despesas com vendas	(b)	(3.694)	—	(3.694)	—	(3.694)
Receitas (despesas) administrativas e gerais, líquidas	(d)	(158.440)	—	(158.440)	—	(158.440)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(b)	(3.724)	—	(3.724)	—	(3.724)
<b>Lucro operacional antes do resultado das participações societárias e do resultado financeiro</b>		<b>312.851</b>	<b>28.655</b>	<b>312.851</b>	<b>28.655</b>	<b>341.506</b>
Resultado de participações societárias	(h)	85.227	315	85.227	315	315
Receitas financeiras	(g)	(181.599)	(263.382)	(181.599)	(263.382)	(444.981)
Despesas financeiras	(b), (g)	(96.372)	(5.601)	(96.372)	(5.601)	(101.973)
<b>Resultado financeiro, líquido</b>		<b>216.479</b>	<b>23.369</b>	<b>216.479</b>	<b>23.369</b>	<b>239.848</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>529.330</b>	<b>52.024</b>	<b>529.330</b>	<b>52.024</b>	<b>571.354</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(i)	(17)	—	(17)	—	(17)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(i)	—	(11.406)	—	(11.406)	(11.406)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>216.462</b>	<b>40.618</b>	<b>216.462</b>	<b>40.618</b>	<b>249.931</b>

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

**Saldos em 31 de março de 2020 (anteriormente apresentado)**

**Saldos em 1º de abril de 2020 (reapresentado)**

**Saldos em 31 de março de 2021 (anteriormente apresentado)**

Eleito de ajustes

**Saldos em 31 de março de 2021 (reapresentado)**

**Demonstração do Fluxo de Caixa**

Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	902.255
Fluxo de caixa utilizados nas atividades de investimento	(553.076)
Fluxo de caixa utilizados nas atividades de financiamento	(281.276)
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>67.903</b>

**Caixa e equivalentes de caixa**

Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa

Saldo final de caixa e equivalentes de caixa

Os motivos que resultaram na necessidade de reapresentação estão resumidos a seguir: (a) identificação pela administração de erros na apresentação dos saldos de depósitos judiciais e da provisão para contingências, conforme CPC25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Anteriormente os depósitos judiciais encontravam-se incorretamente apresentados líquidos no balanço patrimonial da Companhia, desconsiderando a análise analítica dos processos que os originaram. Também foram identificados certos depósitos judiciais em aberto de longa data e sem expectativa de realização, os quais foram baixados de forma retrospectiva. (b) identificação pela administração da necessidade de correção da contabilidade de arrendamentos à luz do CPC 06 (R2) - Arrendamentos, principalmente para inclusão de certos contratos anteriormente não registrados, substancialmente de parcerias agrícolas (apenas parte dos contratos haviam sido originalmente identificados), e correções às remensurações desses contratos para refletir as atualizações dos indicadores de correção associados ao Acúcar Total Recuperável - ATR. A administração atualizou sua base dos contratos de arrendamento e reperformou novo cálculo de mensuração, desde a adoção inicial da norma. Os efeitos dos ajustes mencionados foram aplicados de forma retrospectiva, ajustando os saldos de direito de uso e os passivos de arrendamento. (c) identificação pela administração de erros na apresentação de tributos a recuperar e a recolher e na segregação entre circulante e não circulante, conforme CPC 26 - Apresentação das demonstrações financeiras. Os efeitos dos ajustes mencionados foram aplicados de forma retrospectiva. (d) identificação pela administração da necessidade de provisão/baixa de saldos de ativos, incluindo créditos fiscais cujo benefício havia expirado antes de 31/03/2021 (PIS/COFINS) e diferenças de conciliação entre saldos contábeis e obrigações acessórias (CMS), além de valores a receber de clientes e empresas relacionadas, e saldos de adiantamentos de clientes (passivo). Na ótica das perdas de crédito esperadas à luz do CPC 48 - Instrumentos financeiros, e do valor recuperável (créditos fiscais) à luz do CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os fatos geradores desses ajustes existia antes do encerramento do exercício anterior, sendo os ajustes aplicados de forma retrospectiva. Para referência, os principais valores ajustados no contas a receber, ativo circulante e não circulante, possuem as seguintes naturezas: (i) baixa de contas a receber incobráveis R\$ 7.929 (R\$ 3.815, em 31 de março de 2020); (ii) provisão para perdas de créditos esperadas de clientes R\$ 112 (R\$ 124, em 31 de dezembro de 2020); (iii) vendas faturadas e não entregues R\$ 9.428 (R\$ 4.269, em 31 de março de 2020), conforme item "e" abaixo. (e) identificação pela administração de vendas, principalmente etanol, na modalidade CIF ("Cost, Insurance and Freight") cujo controle dos produtos, à luz do CPC 47 - Receita de contrato com o cliente, havia sido transferido aos clientes finais após 31/03/2021 e cuja receita, deduções da receita e custos haviam sido reconhecidos indevidamente quando da emissão das notas fiscais de venda, com efeitos aos saldos correspondentes. A correção desse ajuste também resultou em correção aos estoques, custos dos produtos e serviços vendidos e tributos a recolher em função da reversão dessas vendas. (f) identificação pela administração da necessidade de provisão de estoques obsoletos e com giro lento no ano corrente, substancialmente itens de armazenado, mas que de acordo com as políticas contábeis da Companhia já deveriam ter sido provisionados antes do encerramento do exercício anterior. Foi adotada a abordagem retrospectiva para correção desse valor. (g) identificação pela administração de erros na classificação e/ou apresentação líquida de saldos ativos e passivos e em linhas do resultado (principalmente entre receitas e despesas financeiras), para melhor apresentação segundo a natureza dos saldos, conforme CPC26 - Apresentação das demonstrações financeiras. Os efeitos foram aplicados de forma retrospectiva. (h) identificação pela administração da necessidade de correção na mensuração do investimento no Centro de Tecnologia Canavieira - CTC, avaliado pelo método de equivalência patrimonial à luz do CPC18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, que não se encontrava atualizado com as informações financeiras mais recentes da investida, com efeitos aos saldos correspondentes. (i) identificação pela administração da necessidade de correção na mensuração dos impostos ativos e passivos, à luz do CPC 32 - Tributos sobre o lucro, principalmente em função dos efeitos dos ajustes de reapresentação anteriormente descritos, com efeitos aos saldos correspondentes.

**4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos em três meses ou menos, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor. a) **Caixa e equivalentes de caixa:**

Rendimento anual	31.03.2022	31.03.2021
	902	4.184

Aplicações financeiras: no Brasil:			
CDB	99,42% CDI	592.850	83.001
Fundos de investimento	(i)	29.427	—
		<u>622.277</u>	<u>83.001</u>
		623.179	87.185

(i) Correspondem a aplicações em fundos de renda fixa administrados por instituições financeiras de primeira linha, os quais são geridos por quotas, a critério unicamente da Companhia, com rendimentos e liquidez diários. b) **Aplicações financeiras:**

	<u>Rendimento anual</u>	<u>31.03.2022</u>	<u>31.03.2021</u>
Valor justo por meio do resultado			

**5. Estoques:** Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos valores de realização.

	31.03.2022	31.03.2021	01.04.2020
	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Produtos acabados e em elaboração	111.816	22.183	47.510
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar (i)	190.454	178.157	201.005
Adiantamentos - compra de insumos e outros	2.424	2.437	2.888
Custos a apropriar do período de entressafra (ii)	266.543	243.354	187.051

	76.403	76.635	72.369
	(12.846)	(2.848)	(9.734)
	63.557	73.787	62.635
	(519.803)	(391.095)	(341.138)
	114.951	128.825	159.891

Ativo circulante

Ativo não circulante

(i) Os adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar estão relacionados aos contratos de parceria agrícola e fornecedores de cana-de-açúcar. A classificação entre circulante e não circulante leva em consideração a expectativa da administração quanto à realização desses saldos, mediante a entrega futura de cana-de-açúcar desses parceiros. (ii) Referem-se a gastos com manutenção e depreciação de máquinas e equipamentos agrícolas e industriais, incorridos no período de entressafra, que serão apropriados no resultado da safra seguinte. (iii) Os estoques de armazenado de insumos, materiais auxiliares e manutenção consideram a previsão de utilização e consumo segundo a projeção de plantio e moagem do próximo ciclo, e o aumento está em 2022 está relacionado ao aumento dos custos de certos insumos e a antecipação das aquisições frente ao exercício anterior.

**6. Ativos biológicos:** Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizados como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita. Esses ativos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de vendas. A mensuração do valor justo do ativo biológico está classificada como nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. O valor justo dos ativos biológicos foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente: a) Entradas de caixa obtidas por meio de cálculos que consideram: (i) produtividade da cana-de-açúcar na safra, medida em tonelada; (ii) nível de concentração de açúcar (Açúcar Total Recuperável ("ATR")) esperado para as safras futuras; (iii) valor do ATR por tonelada de cana, calculado conforme metodologia do CONSECANA (Conselho dos produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool do Estado de São Paulo), que leva em consideração o mix de produção, no mercado, de açúcar e etanol (hidratado e anidro) e os preços futuros esperados para cada um destes produtos; e b) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a

transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a Colheita/ Corte, Transbordo e Transporte - CTT; (iii) custo de capital (terras, máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola (passivos de arrendamento); e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo. Com base na estimativa de receitas e custos, determina-se o fluxo de caixa a ser gerado, considerando-se uma taxa de desconto que objetiva definir o valor presente dos ativos biológicos. As variações no valor justo são registradas como ativo biológico no ativo circulante tendo como contrapartida a conta "custo dos produtos vendidos" na demonstração do resultado. A amortização das variações do valor justo dos ativos biológicos é realizada de acordo com a colheita da cana-de-açúcar. As principais premissas foram utilizadas na determinação do referido valor justo:

	31.03.2022	31.03.2021
Área total estimada de colheita (ha)	110.825	117.622
Produtividade prevista (ton/ha)	67,18	62,18
Quantidade de ATR por ton, de cana-de-açúcar (kg)	139,97	137,23
Preço médio projetado de ATR (R\$)	1,0242	0,8150

Na demonstração financeira atual, a taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor justo dos ativos biológicos é de 11,17% a.a. (9,17% a.a. em 31 de março de 2021). O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras. A amortização das variações do valor justo dos ativos biológicos é realizada de acordo com a colheita. Durante exercício findo em 31 de março de 2022, a Companhia revisou as premissas utilizadas para o cálculo do ativo biológico, cujo principal impacto foi o aumento de preço do ATR médio, influenciado pelo preço do etanol e do açúcar VHP, em linha com o que vem sendo observado nos últimos meses, assim como pelo efeito da volatilidade do dólar. Como resultado, a valorização do ativo biológico em 31 de março de 2022 foi assim determinada: a) Composição:

	31.03.2022	31.03.2021	01.04.2020
	Custo	Amortização acumulada	Líquido
			Líquido (reapresentado)
			Líquido (reapresentado)

Ativo biológico (lavoura cana-de-açúcar)

Valor justo (lavoura cana-de-açúcar)

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes de mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outros fatores naturais. Por consequência dessas exposições, os resultados das safras futuras poderão ser afetados, aumentados ou reduzidos. c) **Análise de sensibilidade do valor justo:** A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2022, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$ 56.911. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5%, resultaria em um aumento ou redução de R\$ 44.329. **7. Imobilizado:** O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisitos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear, onde para os equipamentos de

**10. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são demonstrados líquidos dos custos incorridos na transação.

**Modalidade e classificação de acordo com o PRJ**

Nota	Taxa	Indexador	Moeda	31.03.2022	31.03.2021	Vencimento
(a)						

**Finem**

Não submetidos ao PRJ

Não submetidos ao PRJ

Extraconcursal aderente

Extraconcursal aderente

Garantia Real

Garantia Real

Quirografário

**Partes relacionadas**

**Crédito Agroindustrial**

Garantia Real

Não submetidos ao PRJ

Não submetidos ao PRJ

**Capital de giro**

Quirografário

Quirografário

**CDCA e CPR-F**

Quirografário

Quirografário

**Capital de giro sindicalizado**

Quirografário

Quirografário

**Finame**

Extraconcursal aderente

Não submetidos ao PRJ

**Outras**

Não submetidos ao PRJ

(-) Custos de transação

Passivo circulante

Passivo não circulante

**Legenda:** BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico; CDI: Certificado de Depósito Interbancário; CTN: Certificado do Tesouro Nacional; IGPM: Índice Geral de Preço de Mercado; IPCA: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo; PESA: Programa Especial de Saneamento de Ativos; TJLP: Taxa de Juros de Longo Prazo; UMBNDES: Unidade Monetária do BNDES; PRJ: Plano de Recuperação Judicial. (a) Linhas de crédito contratadas para financiamento de investimentos na indústria e na área agrícola. (b) Linhas de crédito contratadas para financiamento das atividades agropecuárias e custeio. (c) Linhas de crédito contratadas para financiamento de capital de giro. (d) As CPR-Fs (Cédulas de Produto Rural Financeiras) foram emitidas com a finalidade de alongamento de capital de giro e ampliação de liquidez. (e) CDCA tem como lastro uma CPR-F e foi feito via emissão privada, garantido pelo fluxo de recebíveis de contratos de fornecimento de etanol da Companhia. (f) Linha de repasse de recursos do BNDES, contratada junto a um sindicato de bancos. (g) Linhas de repasse de recursos do BNDES para financiamento de aquisições de máquinas, equipamentos e frotas agrícolas. (h) As CPR-Fs (Cédulas de Produto Rural Financeiras) foram emitidas com a finalidade de alongamento de capital de giro e ampliação de liquidez junto ao Itaú BBA. (i) Custos incorridos na captação de recursos, apropriados ao resultado conforme amortização das dívidas relacionadas.

Os saldos de empréstimos e financiamentos no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

	31.03.2022	31.03.2021
	—	80.152
	212.807	199.851
	342.627	355.953
	342.019	355.344
	339.676	354.736
	339.676	354.736
	2.632.982	2.318.914